

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Jaqueline Graciela Schneider Goulart

EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Três Passos, RS
2018

Jaqueline Graciela Schneider Goulart

EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Daniele Rorato Sagrillo

Três Passos, RS
2018

Jaqueline Graciela Schneider Goulart

EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 29 de junho de 2018:

Daniele Rorato Sagrillo, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Ana Paula Cristino, Dra. (UAB/UFSM)

Andreia Vedoin, Dra. (UFSM)

Três Passos, RS
2018

RESUMO

EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

AUTORA: Jaqueline Graciela Schneider Goulart

ORIENTADORA: Daniele Rorato Sagrillo

Este trabalho analisa o tema sustentabilidade em contexto escolar e os possíveis impactos nos sujeitos desse processo. Apresenta também indicativos de como as políticas educacionais e textos oficiais abordam essa temática e o papel da gestão escolar na implementação de temas integradores como o da sustentabilidade. Consiste numa pesquisa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, em duas escolas públicas de Santa Rosa – RS. A partir desse percurso de pesquisa detectou-se que não havia familiaridade com o termo, nem um trato amplo do tema sustentabilidade nas duas escolas investigadas, vinculando-o apenas às questões ambientais. Demonstrou-se assim, limitações quanto à compreensão do seu significado e sua importância no processo escolar. Dessa forma é possível afirmar que há campo para crescimento no trato da temática sustentabilidade nas políticas públicas educacionais e documentos norteadores do processo educativo como a Base Nacional Comum Curricular, o Projeto Político Pedagógico, além de uma melhor apropriação do conceito, por parte dos professores e demais envolvidos no processo educacional.

Palavras-Chave: Gestão. Sustentabilidade. Educação.

ABSTRACT

EDUCATION, MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY

AUTHOR: Jaqueline Graciela Schneider Goulart

ADVISOR: Daniele Rorato Sagrillo

This paper analyses the sustainability issue in a school environment and the possible effects on people involved in this process. It also indicates on how educational policies and official texts approach this subject and the role of the school board in implementing such integrating themes as sustainability. This paper presents a qualitative research, which uses semi-structured interviews to collect data from representatives of different school segments of two public schools in Santa Rosa – RS. From this research, it was found no familiarization with the term and no existing policies around the theme of sustainability in either of the schools, only related to environmental issues. Therefore, there were limitations with regards to understanding its meaning and importance in a school environment. Hence, it is possible to claim that there is room for improvement in working with the theme of sustainability in public school educational policies and leading documents of the educational process such as the National Basic Curriculum, the Pedagogic Project, as well as improve ownership and understanding of its concept, by teachers and others who are involved in the educational process.

Keywords: Management. Sustainability. Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE.....	9
2.1	SUSTENTABILIDADE	9
2.2	A LEGISLAÇÃO, AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A SUSTENTABILIDADE	14
2.3	GESTÃO ESCOLAR E SUSTENTABILIDADE	19
3	A TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE SANTA ROSA	23
3.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
3.2	A TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ANALISADAS	24
4	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	35
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE	36

1 INTRODUÇÃO

Hoje mais do que nunca se faz necessário superar o conceito limitado da função da escola enquanto formadora de mão de obra, ou transmissora de conteúdos e evoluir para uma compreensão do seu papel enquanto instituição disseminadora de valores, estimuladora do pensamento crítico, comprometida com o coletivo. A partir dessa premissa, a sustentabilidade precisa assumir ares de condição ou de eixo norteador de todo o processo educativo, tendo em vista que esse tema envolve assumir uma atitude sustentável frente a tudo, às relações com o outro, com o meio, com o consumo, com o planeta, com o diferente, etc.

Sabe-se que o período de vivências escolares é providencial para o aprendizado futuro do indivíduo, desenvolve suas capacidades motoras, afetivas, intelectuais, dentre outros aspectos. O contato dos estudantes com a comunidade escolar, principalmente com as práticas pedagógicas dos educadores transforma-se em relações de aprendizado fundamentais para o seu desenvolvimento. Segundo pesquisa internacional (OECD, 2012)¹, as escolas ainda são a principal fonte de informação sobre questões ambientais e valores sociais.

Um olhar sobre as políticas educacionais e a legislação é um primeiro modo de analisar a base e o amparo das instituições escolares, assim como o acompanhamento e direcionamento adequado para conduzir tal formação integral do indivíduo, levando em consideração a construção de uma sociedade sustentável em todos os aspectos. Certamente, a escola, assim como os governos não são os detentores absolutos do desenvolvimento dessa consciência sustentável da sociedade como um todo. É necessária uma mobilização social, que gere mudanças, que se concretizem na prática cotidiana de cada cidadão, entretanto, a educação mais uma vez, tem papel crucial nessa construção. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394, 1996) versa:

ART. 1º A educação abrange os aspectos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

¹ Documento disponível para download: <<http://www.oecd.org/development/dcr2012.htm>>. Acesso em 23 de abril de 2018.

Uma preocupação, no entanto, é que professores, equipe gestora, coordenação pedagógica e demais atores escolares aparentemente não se encontram completamente familiarizados com o conceito de sustentabilidade, pois conjuga, ao mesmo tempo, aspectos sociais, ambientais, éticos, econômicos, étnicos, políticos, comportamentais e suas inter-relações. Na verdade, o que observamos, na maioria das vezes, é esse tema ligado exclusivamente às questões de preservação ambiental. Talvez seja por isso que poucos consigam explicar o que é sustentabilidade e como planejar formas de desenvolver propostas de conscientização sobre o assunto. John Huckle (1996, p. 26) em seu livro *Education for Sustainability*; afirma: “[...] como liberdade, justiça e democracia, sustentabilidade não possui um significado comum a todos.”

A tarefa do professor assim como de toda equipe gestora escolar, não se limita à instrução e à garantia de acesso aos conteúdos fundamentais para cada idade, mas estendem-se à busca de alternativas, técnicas, recursos, num processo contínuo, visando proporcionar um aprendizado de qualidade, que resulte em impactos positivos na vida do indivíduo. Dessa forma, esta pesquisa visa analisar a ocorrência da temática sustentabilidade no Projeto Político Pedagógico, nas falas dos profissionais envolvidos, bem como em um possível impacto do trabalho na comunidade escolar de duas instituições públicas de ensino de Santa Rosa. Provavelmente, as realidades percebidas nessas escolas não sejam casos isolados; pois, há uma grande probabilidade de os aspectos analisados em tais contextos comporem a realidade de muitas outras escolas no nosso município.

Para tanto, o problema de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: Qual compreensão e concepção pedagógica permeiam o tema sustentabilidade em duas escolas públicas de Santa Rosa/RS?

O Objetivo geral desse trabalho visou analisar o tema sustentabilidade em contexto escolar e os possíveis impactos nos sujeitos desse processo.

Dessa forma, os objetivos específicos ramificam-se em:

- Analisar os indicativos de como as políticas educacionais, textos oficiais, leis, como a própria Base Nacional Comum Curricular abordam a temática da sustentabilidade.
- Identificar concepções de sustentabilidade abordadas em bibliografia específica.

- Compreender o papel da gestão na implementação de temas integradores como a sustentabilidade.
- Identificar como o tema sustentabilidade é tratado nas escolas públicas investigadas e possíveis reflexos decorrentes do processo educativo, a partir da análise das colocações de participantes de todos os segmentos de duas escolas de Santa Rosa/RS.

Para responder as questões acima descritas, a metodologia empregada para a realização desse trabalho teve como base inicialmente uma pesquisa documental, perspectivando apresentar recortes legais que tratassem da questão da sustentabilidade, pois, são as políticas educacionais que influenciam o direcionamento do processo educativo. Em um segundo momento, houve a coleta dos dados que ocorreu através da realização de entrevista semiestruturada com um componente de cada segmento da comunidade escolar, totalizando dez (10) participantes.

O presente trabalho, intitulado Educação, Gestão e Sustentabilidade, está subdividido em dois capítulos. O primeiro teve a pretensão de esclarecer conceitualmente o termo sustentabilidade com base em autores que tratam do tema, como aporte para análise das escolas investigadas através da fala de seus professores, equipe gestora, estudantes, pais e demais segmentos escolares. Também aborda a legislação educacional, bem como documentos oficiais com enfoque no tema sustentabilidade. E por fim, destaca a importância do tema sustentabilidade nas escolas e o papel da gestão democrática na promoção de ações articuladas que corroborem com a construção de uma sociedade sustentável e conseqüentemente mais justa e igualitária. O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa, assim como os resultados e a análise da pesquisa de campo realizada.

2 EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

2.1 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é uma característica ou condição determinada por uma relação equilibrada com o meio em sua totalidade e diz respeito às formas de produção, consumo, comunicação, habitação, transporte, alimentação e relacionamentos entre as pessoas e delas com o meio ambiente, levando em consideração valores democráticos, éticos e solidários². Esse conceito se tornou um princípio primordial para o melhor uso dos recursos naturais com vistas à conservação do meio ambiente para as gerações futuras, além de preparar essas mesmas gerações para atitudes proativas com respeito à diversidade cultural, aos avanços tecnológicos, ao consumismo etc. Essas questões são de grande relevância no cenário atual, pois,

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, p. 1, 2000)³.

O termo sustentabilidade surgiu em 1972, quando o economista polonês Ignacy Sachs (2002) em seu livro Caminhos para o desenvolvimento sustentável tratou sobre eco desenvolvimento. Os norte-americanos BROWN e KANE (1994) abordaram a importância de satisfazer às próprias necessidades sem interferir nas oportunidades das gerações que virão. O tema repercutiu também na Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

² Informações encontradas no Blog do Grupo Verde Ghaia disponíveis no site: <<https://www.verdeghaia.com.br/blog/sustentabilidade-e-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 23/04/2018.

³ Documento disponível no site: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 23/04/2018.

realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. Sobre o documento resultante da Rio 92, Sachs (2002, p. 64) salienta ser

[...] um poderoso instrumento para estimular, no Norte e no Sul, ações concretas para traduzir o conceito geral de transição para o desenvolvimento sustentável em estratégias locais e múltiplas, isto é agir localmente enquanto se pensa globalmente.

Na época, vários segmentos da sociedade declararam-se a favor da ideia, não só com o objetivo de melhorar a economia, mas também por considerar os recursos naturais do planeta findáveis. Para eles, qualquer atividade, seja institucional, seja pessoal, deveria necessariamente respeitar três pilares: ser economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

No ano de 1997, em Tessaloniki (Grécia), houve a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, onde os temas abordados na Rio 92 foram reforçados. Nessa ocasião 65 países articularam ações de Educação Ambiental (EA) baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, participação e mobilização, além de práticas interdisciplinares (DECLARAÇÃO DE TESSALONIKI, 1997)⁴.

Cinco anos depois da Rio 92, houve a necessidade de traçar metas para as escolas contemplar em seu processo educativo a temática sustentabilidade, com ênfase em ações cooperativas, motivação ética, dentre outras concepções e enfoques diversificados que corroborassem com a ideia de desenvolver uma sociedade sustentável em todos os aspectos.

A ONU (Organização das Nações Unidas) implementou a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015), representando uma grande conquista, por compreender a educação como ponto de partida no enfrentamento da problemática socioambiental. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável potencializou algumas políticas públicas para a educação, assim como os programas e as ações já existentes, alguns mencionados no subtítulo: A legislação, as políticas educacionais e a sustentabilidade.

Atualmente o termo sustentável é respeitado e considerado politicamente correto, no entanto só ultrapassará um conceito tornando-se uma prática, se for

⁴ Documento disponível para download: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>>. Acesso em: 05/05/2018.

introduzido de maneira ética e socialmente responsável através de práticas pedagógicas eficazes. Crianças e jovens são capazes de aprender conteúdos via ambiente desafiador, o que provoca a curiosidade, o interesse do estudante e por meio do exemplo dado pelos que convivem em seu meio social (pais, professores, entre outros).

É perceptível em conversa com professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, pais, enfim, a comunidade em geral, a compreensão de sustentabilidade, voltada apenas ao aspecto do meio ambiente, o que denota a carência de um trabalho interdisciplinar pautado pelo diálogo, troca de conhecimento entre as diferentes áreas e o dinamismo de ações que envolvam aspectos diretamente relacionados com a sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002. O documento foi assinado pelos representantes de 191 países e segundo tal, para abordar a sustentabilidade é necessário integrar três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico. Estes três pilares precisam interagir de forma harmônica, para sustentar o conceito de sustentabilidade⁵.

As dimensões social e econômica tratam da comunidade, da sociedade como um todo, da justiça salarial, como desejo por igualdade de direitos e benefícios. É imprescindível compreender como a atividade econômica afeta as pessoas, no que tange à saúde, educação, lazer, etc., quando não garante equidade de acesso a bens, serviços e direitos básicos.

No caso da dimensão ambiental, assim como nos outros itens, é importante pensar a curto, médio e longo prazo. A princípio, toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo. Nesse sentido, torna-se imperativo, através das ações escolares, perspectivar formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível minimizar ou reverter, como as matas que já não existem mais.

O desenvolvimento das noções a cerca da dimensão econômica, traz o retorno do significado de cuidar da casa, cuidar dos hábitos, atentar para a cultura consumista, muito difundida pelo sistema capitalista e fortemente arraigada ao inconsciente coletivo. Podem ser analisados aspectos como; produção, distribuição

⁵ Dados da declaração de Joanesburgo, disponível para download no site: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc>. Acesso em: 24/04/2018.

e consumo de bens e serviços, assim como considerar questões como: lucro adquirido à custa de devastações e poluições ambientais, ou até lucro que causa declínio moral, ou prejuízos para a saúde, que inclusive temos presenciado agora com o “pacote veneno” em discussão na Câmara de Deputados ⁶, projeto que permite o uso de agrotóxicos que nem foram testados no Brasil, inclusive os causadores de câncer e malformações, entre outros problemas graves, prestes a serem autorizados por normativas legais.

Segundo Berté (2009, p. 59), sustentabilidade

[...] é um conceito cuja abrangência vai desde a concepção ecológica até concepções baseadas em mecanismos de adaptação cultural. A concepção ecológica refere-se a situações em que as funções/atividades ou papéis são assimilados com o objetivo de proporcionar a fixação ou permanência de uma espécie ou população. As concepções baseadas em mecanismos de adaptação cultural referem-se a procedimentos de seleção e elaboração de estratégias com sustentação cultural, possibilitando a atuação das comunidades humanas sobre os recursos do meio ambiente. Isso feito de maneira a conservar as formas tradicionais de interação entre o homem e o meio, portanto, preservando a cultura dos variados recortes populacionais existentes, nas regiões ou mesmo no planeta como um todo.

Existem além desses pilares centrais, aspectos mais subjetivos para serem trabalhados junto à questão da sustentabilidade. Podemos analisar as questões políticas e culturais, por exemplo, aceitando a premissa de que tudo está interligado. Dessa forma, portanto conhecem-se os pilares ou eixos: - Ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

O ecologicamente correto envolve tudo que o homem faz com a natureza para atender as necessidades das gerações atuais sem interferir no futuro. O economicamente viável trata de incentivar uma economia cooperativista, onde as pessoas trabalhem por um bem comum, ou seja, lutar por uma economia sustentável. Socialmente justo é defender a ideia de uma sociedade igualitária e justa, em que não existam pessoas sem direitos básicos. E por fim, o culturalmente diverso tange ao respeito, respeito ao processo individual de aquisição de conhecimentos, respeito a diferentes formas de ser, viver, se relacionar, o que sem dúvida é essencial para uma sociedade igualitária e harmoniosa no futuro. (SOUZA, 2015)

⁶ Dados sobre o “Pacote do veneno” disponível pelo link <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2018/06/pacote-do-veneno-e-aprovado-em-comissao-e-vai-a-plenario-da-camara>>. Acesso em 14/06/2018.

O termo sustentabilidade tornou-se cada vez mais popular, especialmente no mundo dos negócios, em anúncios e propagandas para obterem uma pretensa “imagem” de empresa preocupada com as condições do planeta. Mas a questão é bem mais abrangente, com íntima correlação à educação da população em geral.

Um dos preceitos básicos da sustentabilidade é a vinculação entre os atos das pessoas e a repercussão desses em uma cadeia crescente (na família, na escola, no bairro, na cidade, no país e no mundo). O físico austríaco Fritjof Capra (1980), autor do livro: *O Ponto de Mutação* e fundador do Centro de Eco alfabetização, nos Estados Unidos menciona que a sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas sim uma teia completa de relacionamentos.

Hoje, os especialistas indicam que não há um modelo único de desenvolvimento. Para a construção de uma proposição nesse sentido, vários aspectos devem ser considerados; como o respeito às diversidades culturais, as políticas de longo prazo e a ética, assim como uma total mudança de atitude. "O redimensionamento dos princípios ou valores humanos é essencial para que mais pessoas vivam num ambiente harmônico e respeitoso", explicita Vieira⁷ (2012, s/p), o que fortalece a premissa de que sustentabilidade abrange temas muito mais amplos e complexos do que simplesmente meio ambiente⁸.

Sendo assim, é possível afirmar que a sustentabilidade deve ser vista não como um tema para um projeto escolar, ou para uma atividade isolada aqui e acolá, mas sim, pode e deve perpassar o planejamento de todas as atividades educacionais, a proposta pedagógica escolar, pois o mesmo envolve: a área das linguagens, ao abordar e explorar o próprio conceito de sustentabilidade; a área das ciências humanas, ao tratar do desenvolvimento da sociedade, das questões de ética e diversidade; as ciências exatas, ao abordar a economia e da desigualdade social; a área das ciências da natureza, ao trabalhar os recursos naturais etc.

Trazer para âmbito das escolas os preceitos da sustentabilidade mostra-se vantajoso, pois para além de ensinar os estudantes a importância do tema, significa dar o exemplo para comunidade, fazendo sua parte como ator social, pois certamente, professores, gestores, estudantes engajados transformarão famílias e

⁷ André de Ridder Vieira (Revista Nova Escola, 2012, s/p), coordenadora geral do Instituto Supereco.

⁸ Informações obtidas em texto escrito por Beatriz Santomauro em revista Nova Escola Online, s/d. Disponível no site: <http://www.anchietaba.com.br/portal/materias/educacao_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 01/05/2018.

consequentemente a sociedade, com um modo diferente de ver o mundo. Mais do que um tema de projeto, ou uma disciplina específica, como utilizado em algumas escolas com entendimento mais elaborado desse conceito, esse tema abrange, permeia tudo que se desenvolve em caráter educacional.

2.2 A LEGISLAÇÃO, AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A SUSTENTABILIDADE

Falar em política educacional implica em considerar que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...], ao referencial normativo global de uma política” (AZEVEDO, 2001, p. 60).

Realizar um estudo voltado ao tema sustentabilidade em legislações ou documentos legais para a educação, decretos, conferências demonstra que há um grande e inesgotável caminho a percorrer, tendo em vista que a Sustentabilidade é um tema amplo que vai ao cerne de todas as questões que importam na atualidade, como: promover atitudes sustentáveis com respeito ao trato das diferenças (raciais, culturais, de gênero, sociais, intelectuais, físicas ou de opinião), também nas relações de consumo, no olhar para as injustiças sociais etc.

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado à promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (C.F/88, Art. 225 § 1º Inciso VI). As Políticas Nacionais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente, estabelecidas pela Lei nº 9.795, de 27/04/1999, regulamentadas pelo Decreto nº 4.281, de 25/06/2002 e pela Lei nº 6.938/81, exigem do ensino formal a capacitação de pessoas em todos os níveis e modalidades de Ensino para a participação ativa na defesa do meio ambiente. A partir dessas, surge o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) em 2004, que foi inclusive submetido à consulta pública em seminários realizados pelo país.

O Brasil também firmou em âmbito internacional, acordos, como por exemplo, o documento⁹ resultante da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Thilisi, que aconteceu em 1977, promovido na Geórgia (antiga União Soviética, até 1916), organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a

⁹ Documento disponível para download em: <<http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>> Acesso em 10/05/2018.

Educação, a Ciência e a Cultura), onde foram formulados objetivos e estratégias para a Educação ambiental que servem como referência para o mundo todo até os dias de hoje.

O primeiro documento elaborado pela sociedade civil planetária em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio - 92), que de maneira tímida aborda com um caráter mais crítico a Educação Ambiental, entendendo que a mesma é um instrumento de transformação social, política e ideológica, foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹⁰. Esse documento ampliou o foco da Educação Ambiental, para a noção de sociedades sustentáveis em todos os aspectos, partindo de princípios democráticos e participativos tanto de gestão ambiental, quanto responsabilidade global.

A partir desse Tratado, esperava-se que outros documentos oficiais produzidos para a área educacional fossem mais amplos na sua abordagem, pelo menos fazendo uso do termo sustentabilidade ou de sua essência ideológica. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96), no Artigo 26 § 7º, aborda a educação ambiental, entretanto, na revisão dada pela Lei nº 12.796, de 2013, nem essa menção permanece:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Lei nº 12.796, 2013).

É importante destacar que esse artigo reduziu as possibilidades de inclusão de conteúdo específico e projetos para desenvolver um trabalho em conjunto com os estudantes, visando estimular atitudes sustentáveis em caráter individual e comunitário, o que representa uma grande lacuna no trabalho escolar que além de explorar conteúdos específicos para cada idade, constrói saberes fundamentais a vida em sociedade.

¹⁰ Documento disponível para download através do link: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf>. Acesso em: 10/05/2018.

O documento: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012) com um texto sugerindo o estabelecimento de Diretrizes Nacionais relacionadas à Educação Ambiental menciona que

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Um dos documentos que melhor apresenta a necessidade de analisar a sustentabilidade (mesmo que indiretamente), perpassando todo Projeto Político Pedagógico escolar, com caráter, trans, inter e multidisciplinar, são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013). Este explicita a importância da EA de forma mais ampla em todos os níveis de Ensino, inclusive na formação de professores. O documento discorre da seguinte forma:

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe, nesse sentido, às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e socioemocional, origem, etnia, gênero, classe social, contexto sociocultural, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. Contemplar essas dimensões significa a revisão dos ritos escolares e o alargamento do papel da instituição escolar e dos educadores, adotando medidas proativas e ações preventivas (BRASIL, 2013, p. 29).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013, p. 65), também aborda o tema sustentabilidade especificamente no Art. 3º.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

O que há de mais recente no tocante à política educacional é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p. 9), que consiste em

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC “sofreu” diferentes modificações até sua aprovação. Cabe destacar que na 2ª versão revisada da BNCC, a Sustentabilidade é apresentada como tema integrador, proposto em todas as etapas do ensino. Perpassa a totalidade do documento, desde introdução e fundamentos pedagógicos estabelecendo conexões valiosas com as diferentes áreas do conhecimento, servindo como princípio norteador do processo educativo. Outro detalhe a enfatizar é a amplitude da abordagem dessa temática, ao ser apresentada como *sustentabilidade socioambiental*, indicando uma evolução conceitual do termo, intencionando abranger os demais eixos vinculados ao tema. Além disso, há outro tema integrador específico - educação ambiental, o que deixa claro que a sustentabilidade apresenta uma abordagem mais ampla do que apenas cuidar dos recursos naturais.

A BNCC contempla, nas diferentes áreas de conhecimentos, temáticas referentes à interculturalidade, à sustentabilidade socioambiental, assim como às causas históricas, políticas, econômicas e sociais das diferentes formas de discriminação e exclusão, contribuindo para a identificação e a superação das desigualdades socialmente construídas. (BNCC 2ª versão revisada, 2016, p. 35).

Entretanto, infelizmente, na versão final da BNCC o termo sustentabilidade, foi totalmente dirimido na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental, não aparecendo nem se quer na introdução do documento ou nos objetivos. Nos anos finais do Ensino Fundamental, tem ocorrência nas áreas de matemática e ciências de forma descontextualizada, desqualificada e infinitamente menor às incididas na

segunda versão revisada. Para explicitar melhor essa questão (versão final da BNCC), na área da matemática, 6º ano do Ensino Fundamental, pontua-se nas habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos

Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões (BNCC, versão final, 2018, p. 303).

A ocorrência do termo sustentabilidade, na área das Ciências da Natureza, 8º ano do Ensino Fundamental, como habilidade a ser desenvolvida pelos educandos, expressa:

Propor ações coletivas para otimizar o uso de energia elétrica em sua escola e/ou comunidade, com base na seleção de equipamentos segundo critérios de sustentabilidade (consumo de energia e eficiência energética) e hábitos de consumo responsável (BNCC versão final, 2018, p. 347).

O processo de construção da BNCC e seu resultado final suscitam muitas polêmicas. A Pós Doutora em Educação Fabiany de Cássia Tavares Silva em um debate¹¹ promovido pela Faculdade de Educação (FAED-UFMS), explicita que alguns conceitos precisam ser esclarecidos, como por exemplo, Base Nacional Comum e Base Nacional Comum Curricular não são a mesma coisa. A Base Nacional Comum está sendo discutida no meio educacional desde a década de 90, no entanto, essa tinha como protagonista o professor e a gestão escolar, enquanto a BNCC tem como elementos influenciadores as avaliações em larga escala, a padronização e determinação curricular, a formação de professores, a produção de material didático etc. Afirma ainda, que a BNCC não é uma base e sim um documento regulatório que singulariza a discussão da BNCC a uma discussão técnica. Segundo essa professora, de nada adiantou mais de 12.000 proposições de reformulação da BNCC, não significaram qualquer aproximação do documento construído e homologado, pois o mesmo foi constituído dentro de nichos ideológicos, epistemológicos e políticos e o professor não teve o direito de decidir se os conteúdos determinados são formativos ou não.

As questões explicitadas no debate acima citado corroboram com a constatação do desaparecimento dos temas especiais da 2ª versão da BNCC, que

¹¹ BNCC - debate crítico do documento-2018. Acesso em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c-lIRjrHKmQ&t=23s>>. Acesso em: 05/06/2018.

serviriam como temas geradores da prática escolar, dentre eles a Sustentabilidade socioambiental.

Em síntese, o termo sustentabilidade aparecia numa crescente valorização nas políticas educacionais nacionais, porém a BNCC, documento mais recente e que terá impacto direto no sistema educacional, não garantiu a inclusão e abrangência de forma qualificada da temática em questão. Por que isso ocorreu? A 3ª versão deveria ter sido construída coletivamente, contendo os anseios de toda a sociedade? Por que a segunda versão claramente mais rica e contextualizada foi praticamente desconsiderada na construção da versão final? Certamente a essa área cabe pesquisa específica e aprofundada sobre os interesses políticos ou econômicos envolvidos.

As reflexões e escritos de Trein (2008) e Sato et al. (2005) podem auxiliar nessa compreensão.

A Educação Ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes, a projetos societários que estão permanentemente em disputa (TREIN, 2008, s/p).

A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (SATO et al., 2005, s/p).

Portanto, há muito que se debater sobre a influência da política partidária e suas demandas no processo educativo.

2.3 GESTÃO ESCOLAR E SUSTENTABILIDADE

Fala-se em sociedades sustentáveis frequentemente. Um dos caminhos para a construção de tais sociedades é uma educação pautada em princípios democráticos e participativos, com foco no fortalecimento das pessoas, pois, o desenvolvimento sustentável não é centrado nos resultados, mas no processo desenvolvido pelos indivíduos e aplicado para além dos recursos naturais, na cultura, diversidades, justiça social, economia etc.

O Projeto Escola Verde¹² (2012, p. 20) diz:

A educação para a sustentabilidade deve incluir programas específicos de educação que contenham temas como: o respeito aos direitos fundamentais no mundo do trabalho, a valorização da diversidade, o combate ao preconceito, à transparência das atividades e as boas práticas de governança corporativa, a necessidade de preservação do meio ambiente, otimização do uso de recursos naturais, o consumo consciente, medidas para mitigar mudanças climáticas e evitar a poluição.

O projeto escola verde, é uma iniciativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Duque de Caxias/RJ. Esse projeto produziu um material de apoio rico que contém os registros de uma formação docente entre 2013-2015, especificando as propostas de trabalho em detalhes, como aulas pesquisa, uso de tecnologias na educação, assim como explicita abordagens sobre todos os eixos da sustentabilidade etc.

De que forma as instituições escolares planejarão e construirão a proposta pedagógica como a descrita acima? Uma possibilidade, certamente seria através da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, processo que representa a democracia participativa de um modelo de gestão escolar, em que todos fazem parte da tomada de decisão dentro de um movimento conjunto de responsabilização coletiva de professores, pais, alunos e demais profissionais de educação tanto do processo, como do produto do trabalho almejado. Esse processo é horizontal, não existe separação entre os que concebem, elaboram e avaliam, dos que executam.

Paulo Freire, como representante da pedagogia libertadora, considerava papel imprescindível do professor discutir temas sociais, ambientais e políticos relacionados com o contexto vivenciado pelos alunos, “tendo em vista a ação coletiva frente aos problemas e realidades” (FREIRE, p.80, 1991).

Em um momento no qual o tema sustentabilidade se tornou fator essencial à sobrevivência humana, é importante observar se os professores encontram-se familiarizados com esse tema e se compreendem sua importância para a prática educativa, a fim de contribuírem na mediação desse trabalho com os demais segmentos da comunidade escolar.

¹² O Projeto Escola Verde, realizado nos anos de 2011-2012, é uma iniciativa pactuada com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por sua 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Duque de Caxias.

Mais do que ideias e palavras, a educação tem na ação concreta em sala de aula uma de suas principais bases a intencionalidade da ação educativa, envolvendo comportamentos, modos de agir e pensar transformam-se, consolidam-se como prática social, tanto para aspectos positivos, como negativos, conforme expõe Mészáros (1981, p. 260),

[...] o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente.

Para que essas ações se efetivem, a escola precisa ser compreendida como uma organização social, cultural e humana, onde cada sujeito envolvido tem o seu papel, num processo de participação para o desenvolvimento das propostas a serem contempladas. Nesse caso, a equipe gestora tem o papel de articular o trabalho coletivo, a participação e promover meios para que isto aconteça de modo efetivo. Para Gadotti (2001), não adianta uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se os gestores, professores, alunos e demais atores do processo não compreendem o significado político da autonomia e da democracia participativa. A autonomia é fruto de uma construção contínua, individual e coletiva, o que implica na participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Num modelo de gestão escolar democrática, deve haver um espaço de interação de saberes em favor da aprendizagem significativa do aluno, propondo e promovendo temas relevantes como sustentabilidade, dessa forma assume-se uma ação educativa responsável, coerente e transformadora. De acordo com Paro (2006, p. 25), “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

Como referido anteriormente, o Projeto Político Pedagógico é instrumento de construção coletiva, integra os mecanismos da gestão democrática escolar, envolvendo a direção, professores, funcionários da escola, CPMs, grêmios estudantis, ou seja, a comunidade escolar. Assim, garante a participação, a autonomia, a descentralização do poder permitindo um melhor diagnóstico da realidade escolar, da construção coletiva dos objetivos e rumos a serem assumidos no processo educativo.

Essa mobilização oportuniza a saída de posições centralizadoras dos processos de planejamento e de gestão escolar. Permite desenhar o futuro da

escola, com base no respeito às características locais, denotando responsabilidade compartilhada. Ao orientar o trabalho pedagógico na escola, no entanto, exige em sua formulação, compreensão das políticas educacionais, pesquisa, sensibilidade e conhecimentos para interpretá-lo. Precisa também de objetivos e metas claras e passíveis de revisão e reconstrução periódica, para que nunca se distanciem da identidade do grupo que representam.

O PPP é uma ferramenta que auxilia a escola a definir suas prioridades, metas educacionais, a decidir o que fazer para alcançá-las, além de verificar e analisar os resultados alcançados. Contêm os preceitos de currículo, abordagens de ensino, avaliações, bem como seus fundamentos administrativos. No entanto, nada disso adianta se ficar somente no papel. Deverá ser implementado na prática e isto só se concretiza se todos os envolvidos participarem do processo e comprometerem-se com a operacionalização.

Trabalhar a temática da sustentabilidade dentro das escolas na atualidade é fundamental. É de conhecimento amplo que desde a infância as crianças desenvolvem valores que levarão para a vida. Pensar em sustentabilidade nada mais é do que planejar um conjunto de ações que visem melhorar a qualidade de vida da população. Ações para diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir acesso aos serviços básicos como educação, saúde, lazer, dentre outros; possibilitando às pessoas pleno acesso à cidadania.

Ações sustentáveis não são importantes apenas para as pessoas menos favorecidas financeiramente, pois, quando colocadas em prática, têm a capacidade de melhorar a vida de toda uma comunidade. Um exemplo prático é a diminuição da violência proporcionalmente a um trabalho educacional de qualidade, visto que uma população com bom nível cultural e educacional respeita mais o meio ambiente, às diferenças, preocupa-se com a desigualdade social e econômica, colaborando desta forma para o desenvolvimento sustentável do planeta e da sociedade como um todo.

Ao tratar sobre educação de qualidade, ressalta-se que não há vinculação direta de um bom nível educacional com o tipo de rede de ensino (público ou privado), pois, existem escolas consideradas de alto nível focadas especificamente em atender os anseios de uma sociedade capitalista e individualista, formando cidadãos com pouco conteúdo cultural ou de interesse coletivo de longo prazo, enquanto outras escolas se preocupam seriamente com a formação responsável de cidadãos críticos e comprometidos com o bem comum, acima de qualquer outro interesse.

3 A TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE SANTA ROSA

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para concretizar esse trabalho, primeiramente, realizou-se uma revisão de literatura, a partir dos estudos e pesquisas de vários autores, com intuito de buscar o embasamento teórico sobre a temática em análise. O levantamento bibliográfico foi pautado na análise de fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema Educação, Gestão e Sustentabilidade, como livros, artigos, documentos monográficos, periódicos, revistas, textos disponíveis em sites confiáveis, dentre outros locais que apresentam um conteúdo documentado.

Em um segundo momento ocorreu a atividade de campo, envolvendo a pesquisa documental através da análise dos Projetos políticos pedagógicos de duas escolas públicas de Santa Rosa/RS. Essa ferramenta tornou-se indispensável para a compilação de informações referentes às escolas. Segundo Ludke e André (1986, p. 16) “A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Para a coleta de dados, também foi utilizada como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada, com questões abertas que permitiram aos entrevistados responder com base no seu conhecimento prévio, pois

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão e maneira notável e autêntica. A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-12).

A presente pesquisa teve enfoque qualitativo, por representar um método de investigação científico que valoriza o caráter subjetivo do objeto analisado, estudando suas particularidades e experiências, por exemplo. Nesse caso, os entrevistados podem expressar os seus pontos de vista relacionados com o objeto

de estudo, as respostas não são objetivas e o propósito é compreender as considerações feitas por determinado grupo-alvo.

As pesquisas realizadas envolveram representantes de todos os segmentos da comunidade escolar de duas escolas públicas de Santa Rosa. Foi entrevistado em cada escola um coordenador pedagógico, um professor, um aluno concluinte do ensino fundamental que estuda há mais de dois anos na escola, um agente educacional e um representante do segmento pais, totalizando 10 participantes, os quais a fizeram mediante a assinatura de Termo de Consentimento (Apêndice1). A partir da aplicação das questões (Apêndice 2) pretendeu-se verificar a compreensão a cerca do tema sustentabilidade, a relação entre seu saber prévio e sua prática, no caso dos profissionais de educação, e perceber os possíveis impactos do trabalho nos sujeitos participantes.

A seleção das escolas considerou a opção de envolver uma da rede estadual e outra municipal de ensino fundamental completo, sendo que uma delas tem histórico conhecido de trabalho com a temática da sustentabilidade e outra não.

Para apresentar os resultados da entrevista, as escolas foram representadas pela letra A (Estadual) e B (Municipal). Os entrevistados foram identificados pelo segmento que representam e sua escola. Por exemplo, aluno escola A e aluno escola B.

Finalmente, todos os dados levantados, tanto em pesquisa documental quanto nas entrevistas, foram agrupados, com o intuito de apresentar os resultados e a análise das informações obtidas na pesquisa de campo. Neste sentido, confrontou-se os saberes prévios do pesquisador com o constatado na pesquisa a fim de propor melhorias possíveis relacionadas à prática educativa e o papel da gestão escolar na implementação de temas relevantes como a sustentabilidade.

3.2 A TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ANALISADAS

A diferença entre o discurso e a prática é um dos motivos que justificam a dificuldade de assimilação e posterior reprodução pelos estudantes de alguns dos “conteúdos” ou temas ministrados em classe pelos mestres. Identificar a discrepância entre a teoria e a prática dos professores e das instituições escolares, interfere na identificação ou interesse do educando pelo assunto ou problema. Ou

seja, quando o aluno percebe que no seu dia-a-dia o professor ou a escola não tem hábitos sustentáveis, sem dúvida repercute na credibilidade do seu trabalho.

Por essa razão, entrevistar professores, gestores, estudantes, pais e demais representantes dos segmentos de duas escolas públicas do município de Santa Rosa, foi indispensável para identificar a compreensão dos mesmos sobre sustentabilidade, se a escola em seu planejamento, trata e estabelece ações, mostra intimidade com a temática, aspectos esses que foram explicitados nas entrevistas com todos os segmentos escolares.

A Escola A é uma instituição inserida no centro de um grande bairro da cidade, recebendo uma clientela diversificada, tanto de filhos de comerciantes, donos de comércio, como de vilarejos em situação de extrema vulnerabilidade social. A presente escola tem funcionamento nos turnos matutino e vespertino, atendendo um total de 446 alunos de 1º à 9º ano do Ensino Fundamental em regime jurídico público estadual.

A escola B está inserida em um vilarejo afastado do centro do bairro e da cidade, com comunidade em situação de extrema pobreza e marginalização. A presente escola também tem funcionamento nos turnos matutino e vespertino, atendendo um total de 352 alunos de 1º à 9º ano do Ensino Fundamental em regime jurídico público municipal.

Sobre a análise do PPP das escolas, a escola B não autorizou o acesso ao documento, mesmo que esclarecidos os objetivos da pesquisa, a garantia da confidencialidade etc., com a justificativa de que o mesmo encontrava-se em processo de reestruturação. A escola A permitiu que o documento fosse lido, que anotações fossem realizadas, porém não permitiu cópia do mesmo.

Sobre o PPP da escola A podemos destacar que o mesmo foi construído a partir de uma pesquisa socioantropológica realizada com alunos, famílias e comunidade. A comunidade escolar é atuante e participativa, respondendo de forma qualificada aos chamamentos da escola, contribuindo com ações voluntariamente. Este aspecto demonstra que a escola parece compreender que o PPP é um documento de construção coletiva e que representa a “vida” da escola.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola A, pôde-se identificar sua organização e sistemática de trabalho. A proposta pedagógica da escola apresentada no documento é através de projetos, uma metodologia de trabalho que tem por objetivo a construção do conhecimento, partindo de temas de

relevância social e do interesse da comunidade escolar como um todo e é desenvolvido pelo estabelecimento de metas previamente definidas de forma coletiva por estudantes e educadores, quando poderia contar com a participação de toda comunidade escolar. Nesse momento é importante traçar um paralelo com a realidade encontrada através das entrevistas, quando o representante do segmento professores da escola A diz algo que não condiz com o exposto no documento:

Penso que temas como respeito ao próximo, violência, valores morais, saúde, etc. No entanto, nós professores não opinamos na decisão dos temas para projeto. Os temas são definidos no período de férias pela direção e coordenação e apresentados aos professores no início do ano letivo. (Representante do segmento professores, escola A)

O PPP da escola A menciona que o processo de ensino - aprendizagem deve ocorrer para com todos os participantes do fazer educativo na escola, sem classificações discriminatórias, desenvolvendo atividades com foco nos saberes prévios de cada um, nas suas capacidades e potencialidades. Além disso, destaca que o ser humano é um todo indissociável, por isso a educação precisa dialogar com outras áreas do saber e que a escola deve ser espaço de acolhimento e de construção de saberes fundamentais à vida em sociedade.

O sistema avaliativo da escola é descrito como formativo, que prima pela percepção das individualidades e diante disso o desenvolvimento de um trabalho voltado para a qualidade do processo educacional.

Ao averiguar esse documento pelo prisma da Sustentabilidade, pôde-se perceber que apesar de uma escrita rica, o termo Sustentabilidade não está referenciado. Essa constatação é corroborada pelas entrevistas ao verificar, nas falas, que a sustentabilidade não foi tema de projeto, pelo menos nos últimos 4 anos. Além disso, o representante do segmento alunos menciona na entrevista que os alunos não participam da decisão dos temas de projeto escolar. De forma similar, conforme citação a cima, o representante do segmento professores afirma que os temas de projeto são definidos pela coordenação pedagógica durante as férias e apresentados no início do ano.

Nas entrevistas, diferente do esperado, as duas escolas, inclusive a escola B, com status de escola sustentável, pelo fato de ter desenvolvido um projeto com o título Sustentabilidade do qual a comunidade local tomou conhecimento, mostraram um entendimento limitado sobre o tema e suas aplicações. O representante do

segmento aluno da escola B disse: “Não lembro sobre isso, acho que quer dizer sustentar a gente mesmo”.

Na escola A, o coordenador pedagógico, o professor e o aluno usaram termos como “*cuidar do planeta hoje para não faltar o necessário para as futuras gerações*”, o que denota uma compreensão mais apurada, no entanto, mais uma vez apenas tratando do eixo ecológico da sustentabilidade. O agente educacional e o pai, disseram não conhecer o termo, mas que pensavam versar sobre “*como cuidar da natureza*”. Sobre as práticas da escola, todos mencionaram que os professores falam sobre esses temas em sala, porém nos últimos anos não se lembravam de um projeto escolar tratar desse tema em específico:

Sim, às vezes. Algumas profes falam muito sobre isso, mas na prática não se faz muita coisa. Acho muito importante meus colegas, minha família e o pessoal do bairro entenderem que precisamos cuidar do planeta, pois o que aprendemos na escola levamos para a vida. Eu acho que a última vez que teve projeto sobre o meio ambiente eu ia na 4ª série (Representante segmento alunos, escola A, 9º ano).

O Projeto atual da escola A trabalha o respeito às diferenças, o que é curioso, pois, uma sociedade jamais sobreviverá se não souber conviver com as diferenças e essa questão é tratada num dos eixos da sustentabilidade: “o culturalmente diverso”, conceito não compreendido por nenhum segmento da escola A.

Na escola B tanto o professor quanto o coordenador pedagógico e o agente educacional disseram que sustentabilidade tem relação com “*cuidar do planeta, reciclar e usar produtos orgânicos*”, enquanto o aluno do 9º ano, disse não saber o que significava o termo e não se lembrar de ter ouvido na escola, apenas quando questionado sobre o que foi trabalhado no projeto escolar do ano anterior falou a respeito de “*cuidar do mundo e economizar água*”, dados que se repetiram na entrevista do representante do segmento pais. Quando questionados sobre as práticas desenvolvidas na escola, todos foram unânimes em falar da horta construída.

Ao serem indagados sobre outros temas que consideravam importantes, todos falaram em violência, drogas, racismo, desrespeito às diferenças, como se esses temas não tivessem relação com sustentabilidade. Intrigantemente, o professor da escola B disse: ‘*Precisamos de um projeto sobre o lixo e reciclagem*’, o que é totalmente ligado à temática desenvolvida no ano anterior, expressando assim um trabalho fragmentado e descontextualizado.

Essas constatações deixaram claro que a compreensão mais ampla sobre sustentabilidade mostraria a essas comunidades escolares um leque de subtemas que poderiam ser explorados constantemente e continuamente, atendendo os anseios por um trabalho coletivo e contínuo com reflexos positivos para a comunidade com o um todo. Aparentemente, temas como sustentabilidade estão sendo trabalhados como temas flutuantes, desconectados e sem sentido real para os estudantes que nem se quer lembram-se do termo e sua relação com o trabalho realizado. Por isso, é preciso que a escola coletivamente repense o seu papel na busca de formar cidadãos críticos, participativos, capazes de atuar sobre a sua realidade através de atitudes de humanização, conscientização e respeito às diferenças, e ao meio ambiente. Conforme Marçal (2009, p. 7):

Trabalhar coletivamente, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é uma tarefa sempre fácil. Mas é pela ação coletiva* que a escola se fortalece, revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico de melhor qualidade. Você, na condição de gestor(a), já deve ter passado por situações em que pôde comprovar a importância do trabalho coletivo para um melhor desempenho da função social da escola.

A escola precisa preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e a longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Essa identidade tem um nome: projeto pedagógico. [...]

O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola por ser o elemento norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social.

Neste caso, é importante a formação de uma cidadania crítica, onde não se pense apenas em direitos e deveres, mas a consciência da necessidade de participação social e política, esclarecida e informada, dos problemas de sua comunidade e da sociedade, ou seja, uma visão contextualizada. Para tanto, é fundamental a compreensão de que a democratização do ensino não se dá somente pela garantia do acesso, mas também sua oferta com qualidade social, visando à permanência dos estudantes que, desse modo, contribuirão para a melhoria da comunidade em que estão inseridos.

4 CONCLUSÃO

Ao falar de educação é preciso compreender a importância desse processo na vida do ser humano. Se o adulto que a criança ou jovem tornar-se-á será simpático ou antipático, terá ou não muitas amizades, será esperto ou dinâmico, responsável ou indulgente, depende bem menos das faculdades mentais inatas ou traços genéticos e muito mais das experiências educativas que ele vivenciará. Segundo Jean-Paul Sartre (1973, p. 12), a essência do homem é não ter essência, a essência do homem é algo que ele próprio constrói, ou seja, a História. “A existência precede a essência”; nenhum ser humano nasce pronto, mas o homem é, em sua essência, produto do meio em que vive construído a partir de suas relações sociais.

Para que haja esse rico intercâmbio de experiências e aprendizados no ambiente escolar a gestão escolar enquanto um modelo democrático desempenha um papel crucial que vai muito além de somente promover a participação de pessoas da comunidade nas reuniões da escola, ou na eleição de diretores. A escola e a comunidade democraticamente devem garantir que todos os segmentos escolares tenham voz e estejam representados no ambiente escolar, para que os anseios dessa comunidade reflitam no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de todo o processo educativo. Lembrando que, dentre os principais mecanismos, o Projeto Pedagógico é imprescindível para a elaboração de uma proposta pautada nos trâmites democráticos e por essa razão deve ser construído coletivamente.

Infelizmente, a educação em muitos casos tem legitimado a desigualdade (base do sistema econômico capitalista), partindo do pressuposto que possibilitaria aos alunos as mesmas oportunidades, imputando assim aos indivíduos a culpa pelo fracasso, numa falsa percepção que a desigualdade seria eticamente justa, por ser uma opção individual. Esse discurso prejudica qualquer possibilidade de construir um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, fomentando cada vez mais disputa e competição, o que contribui para o reforço da ideologia excludente pregada pelo modelo econômico atual (neoliberal). A escola, no entanto, junto à comunidade pode auxiliar a reverter esse quadro, desde que compreenda criticamente a realidade social, política e econômica e busque alternativas para a superação deste modelo que só tem distanciado a instituição educativa de uma educação de qualidade social, voltada para a formação cidadã dos estudantes.

A Sustentabilidade nesse cenário é um tema amplo e necessário, que se incorporado como ideologia de bem comum pela sociedade e como um princípio norteador do trabalho educativo, apresenta grande potencial de promoção de uma verdadeira transformação social e educacional. Para tanto, uma abordagem de dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, aplicada de forma contínua e permanente nas áreas do conhecimento, nos vários componentes curriculares, em projetos, contribui para a vida escolar e acadêmica, ao enfatizar a natureza como fonte de vida ao compreender o meio ambiente interligado a outras dimensões como a pluralidade étnico-racial, justiça social e ambiental, saúde, gênero, trabalho, consumo, direitos humanos, dentre outras.

Uma educação escolar voltada para o exercício da cidadania e responsabilidade social tem como requisito a superação da concepção restrita de escola enquanto apenas transmissora de conteúdos. Nesta perspectiva, a formação para a cidadania requer a inclusão de uma visão que incorpore a ideia de que o meio social e cultural assim como o ambiental fornecem o contexto e os elementos para uma aprendizagem que cabe também à escola valorizar, sistematizar, ressignificar, ampliar e transformar (JACOBI, 2005).

Uma escola sustentável é aquela que mantém uma relação equilibrada com o meio ambiente compensando seus impactos e auxilia os estudantes a pensar estratégias no desenvolvimento de tecnologias apropriadas, na perspectiva de garantir melhor qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Essas instituições educam pelo exemplo e assim irradiam sua influência sobre a comunidade local. Escolas sustentáveis buscam promover adaptações nos espaços escolares que venham a garantir a melhor utilização dos mesmos pensando de forma equilibrada, desde a acessibilidade à mobilidade sustentável. Para tanto, a gestão escolar precisa estar atenta ao encaminhamento desse processo, envolvendo no planejamento das ações o respeito aos princípios éticos e a inclusão da diversidade (de gênero, cultural e étnico-racial), a fim de garantir um currículo que estabeleça no contexto escolar práticas sustentáveis ligadas à realidade da comunidade¹³.

¹³ Manual Escolas Sustentáveis: Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, disponível em: <http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf>. Acesso em: 06/06/2018.

A realidade encontrada através da pesquisa de campo confirmaram algumas hipóteses do pesquisador, como por exemplo, a abordagem superficial e descontextualizada da temática, ao não transpor a área das ciências da natureza, ou seja, não sendo compreendido como um tema amplo e norteador para todo processo educativo. Faz-se necessário um trabalho que envolva a formação da comunidade escolar, em especial professores e equipes diretivas, num estudo direcionado sobre o papel das políticas educacionais nesse processo. A sustentabilidade precisa assumir ares de condição nas escolas, perpassando o pensar e o fazer, a análise e a avaliação do impacto ocasionado (positivo ou negativo) a curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. v. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BERTÉ, R. **Gestão Ambiental no Brasil**. Edição Especial. Curitiba: Ibpex, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 7p. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12/05/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC versão final**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB/ CEAD, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais gerais da educação básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de currículos e educação integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. PNE/2014/2024. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 12/05/2018.

BROWN, L. R.; KANE, H. **Reavaliar a capacidade de transporte da população da Terra**. Worldwatch Series Alerta Ambiental. 1994.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAUTHIER, J. Z.; PARIGIPE, L.; SATO, M.. **Insurgência do grupo pesquisador na educação ambiental sociopoética**. Educação ambiental: Pesquisa e desafios, p. 99-118, 2005.

HUCKLE, J.; STERLING, S. **Education for Sustainability**. London: Earths can Publications Limited, 2001.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai./ago. 2005.

LEFF, E. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARÇAL, J. C. **Progestão: como promover a construção do projeto pedagógico da escola? Módulo III**. Brasília: CONSED, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PROJETO ESCOLA VERDE: **educação, saúde e meio ambiente**/ Coordenação e revisão Carlos Henrique de Freitas Burity. Rio de Janeiro: Bayer; UNIGRANRIO, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOMAURO, B. Sustentabilidade: você faz o planeta sente. **Revista Nova Escola**, Gestão escolar, maio, 2012. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1924/sustentabilidade-voce-faz-o-planeta-sente>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. In: SARTRE, J. P.; HEIDEGGER, M. **O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método; Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

SOUZA, M. C. da S. A. de (Org.). **Sustentabilidade meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas** / Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza; Charles Alexandre Armada (Org.). Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015. E-book. 303 p.

TREIN, E. S. A perspectiva crítica e emancipatória da educação ambiental. **Salto para o Futuro**, v. 1, p. 41-45, 2008.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL A DISTÂNCIA

Termo de consentimento para publicação

Este termo refere-se ao projeto de Monografia intitulado “Educação, Gestão e Sustentabilidade”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação – Especialização em Gestão Educacional a Distância/UFSM, de autoria de Jaqueline Graciela Schneider Goulart, sob a orientação de Daniele Rorato Sagrillo.

A presente pesquisa tem como objetivo identificar como o termo Sustentabilidade é compreendido e tratado em duas escolas públicas de Santa Rosa e os possíveis reflexos decorrentes do processo educativo.

Os resultados desta monografia serão divulgados na íntegra ou em partes, através de publicação impressa ou *online*, com fins acadêmicos e culturais. Nesse sentido, são utilizados fragmentos da entrevista transcrita abaixo:

Entrevista realizada com, no dia.....

Eu.....abaixo assinado, entrevistado para a monografia “Educação, Gestão e Sustentabilidade”, autorizo a publicação do texto citado, desde que assegurado o sigilo sobre a minha identificação.

Nome do entrevistado

Data: ____ de _____ de ____.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE EDUCAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Data:

Hora:

Local:

Entrevistador: Jaqueline Graciela Schneider Goulart

Entrevistado:

Duração da entrevista: 15min.

Objetivo da entrevista: Identificar como o tema sustentabilidade é tratado na escola públicas do município de Santa Rosa e possíveis reflexos decorrentes desse trabalho no processo educativo.

- 1- O que você entende por sustentabilidade?
- 2- Você percebe esse tema como parte do processo educativo da sua escola?
 - a) Se sim, de que forma?
 - b) Se não, por que você acha que ele não foi levado em conta e como você avalia a não ocorrência dele nas atividades desenvolvidas na sua escola?
- 3- Como você avalia os reflexos do trabalho sobre a temática sustentabilidade:
 - a) Nas vivências da comunidade e na consciência coletiva do grupo escolar? (No caso dos profissionais de educação)
 - b) Nas vivências da sua comunidade e na atitude dos seus filhos? (No caso dos pais)
 - c) Nas vivências da sua comunidade e na sua vida e de seus colegas e familiares? (No caso dos alunos)
- 4- Que outras temáticas, você acha que deveriam ser trabalhadas na sua escola? Por quê?